

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 288/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

R E S O L V E :

Art. 1º NOMEAR, a partir de 8 de maio de 2017, a servidora ELISANDRA GOMES PIMENTEL DUTRA, Analista Ministerial, Especialidade: Ciências Jurídicas, Matrícula nº 38501, para provimento do cargo em comissão de Assessor Jurídico de Procurador de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 289/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

R E S O L V E :

Art. 1º ESTABELECEER lotação, a partir de 8 de maio de 2017, à servidora ELISANDRA GOMES PIMENTEL DUTRA, Assessora Jurídica de Procurador de Justiça, Matrícula nº 38501, na 12ª Procuradoria de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 290/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHÊ BLANCK para responder cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Filadélfia/TO, no período de 08/05/2017 a 31/05/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 291/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Célio Sousa Rocha e os servidores Uiliton da Silva Borges, Emannuella Sales Sousa Oliveira, Francisco das Chagas dos Santos, Margareth Pinto da Silva Costa, Alayla Milhomem Costa Ramos, Marcos Conceição da Silva e Letícia Knewitz, para, sob a presidência do primeiro, deliberarem sobre os requerimentos de acesso a informações desta Procuradoria Geral de Justiça, dispostos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 292/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de condução dos trabalhos para apurar os apontamentos constantes no Parecer nº 075/2017, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, às fls. 21/26, do Processo Administrativo nº 2017.0701.00186, fulcro no art. 12, do Ato PGJ nº 020/2017, a qual se extinguirá com a conclusão dos trabalhos, composta pelos seguintes servidores:

a) Caroline Silva Freitas Mendes, Matrícula nº 78.107, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, Presidente;

b) Leonardo Francisco Umino, Matrícula nº 79.607, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, 1º Membro; e

c) Maria Helena Bispo Varanda, Matrícula nº 2089, Técnica Ministerial: Assistência Administrativa, 2º Membro.

Art. 2º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, a qual tem por objetivo apurar a autoria dos fatos, por descumprimento, em tese, do art. 133, incisos I e III, da Lei nº 1.818/2007, conforme circunstâncias narradas no Laudo Técnico nº 003/2017/DMTI – ACEMA (fls. 02/09) e Parecer de fl. 12, do Chefe do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação.

Art. 3º Designar que os trabalhos sejam realizados nas dependências desta Procuradoria-Geral de Justiça, podendo a Comissão Especial reportar-se a outros Órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º Delimitar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão da Sindicância Investigativa, o qual poderá ser prorrogado por igual período, conforme disposto no artigo 166, § 3º, da Lei Estadual nº 1.818/2007.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 252/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.000212

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação para a contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda – EPP, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

DESPACHO Nº 211/2017 – Na forma do art. 17, inciso IX, alínea “c”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e com fundamento nos dispositivos do artigo 25, II c/c artigo 13, VI, ambos da Lei 8666/93 e na Decisão nº 439/98 – Plenário do Tribunal de Contas da União -TCU, em consonância com o Parecer Administrativo nº 65/2017, de 03 de maio de 2017, emitido pela Assessoria Especial Jurídica desta Instituição, às fls. 26/29, DECLARO INEXIGÍVEL a licitação para a contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda – EPP, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, destinado à participação das servidoras desta Instituição: Francisca Rodrigues Teixeira Sousa e Rostana de Oliveira Campos, no curso de Gestão Tributária de Contratos e Convênios, a realizar-se nos dias 10 a 12 de maio de 2017, em Palmas - TO, no valor total das inscrições de R\$ 5.960,00 (cinco mil e novecentos e sessenta reais)

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 04 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00122

ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro cristal laminado refletivo e porta de vidro laminado.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 212/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 064/2017, às fls. 62/63, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 032/2017, às fls. 64/66, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro cristal laminado refletivo e porta de vidro laminado, para atender as necessidades dos prédios sedes da Procuradoria-Geral de Justiça e da Promotoria de Justiça de Miranorte, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 08 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art.,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil